

A INTIMIDADE DO LICEU PROVINCIAL DO PIAUÍ NOS SEUS ANOS INICIAIS: (1845 A 1852)

**Amada de Cássia Campos Reis - UFPI
Maria Inêz Bandeira de Vasconcelos - UFPI**

O paradigma da Nova História Cultural tem contribuído para a ampliação do universo dos historiadores da educação permitindo que estes busquem novas fontes de pesquisa e elejam novos objetos de estudo. Para Burke (1992a, p. 17) esta “nova história está associada a Lucien Febvre e Marc Bloch que fundaram a revista *Annales* em 1929” causando uma verdadeira revolução no campo da história ampliando as possibilidades historiográficas fazendo com que esta jamais fosse a mesma (BURKE, 1992b, p. 126-127). A partir de então a história, passa a se interessar pela atividade humana de forma mais abrangente. A este respeito Le Goff (2001, p. 28) coloca que esta nova história “substituiu aquela essencialmente fundamentada nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos”. Este novo fazer historiográfico abriu espaço para o estudo das instituições escolares como o que aqui iremos apresentar.

Segundo Magalhães (2005, p. 97), o estudo das instituições escolares se constitui num campo vasto de investigação podendo o pesquisador enveredar por caminhos diversos que vão desde os aspectos arquitetônicos, estrutural, organizacional, além do ideário pedagógico. Para o mesmo autor:

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico. (1999, p. 64).

De acordo com Gatti Júnior (2002, p. 20-21), ao indagarmos sobre as instituições escolares abrimos a oportunidade de conhecer a sua intimidade mostrando suas especificidades e singularidades. Tal afirmação confirma a idéia de Chartier (1990, p. 16-17), ao dizer que o objetivo da historiografia é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada, dada a ler”.

Neste artigo procuramos desvendar a intimidade do Liceu, primeira instituição pública de ensino secundário do Piauí, no início de seu funcionamento quando ainda era sediado em Oeiras, no período compreendido entre os anos de 1845 a 1852, focando sua abordagem em alguns aspectos de seu cotidiano. Para a reconstituição dos aspectos inerentes a cultura desta instituição procuramos seguir as orientações de Julia (2001, p. 17), ao afirmar que “pode-se tentar reconstituir, indiretamente, as práticas escolares a partir das normas ditadas nos programas oficiais”, e das sugestões oferecidas por Magalhães (1998) no que diz respeito às categorias de análise para investigação sobre a história das instituições escolares elegendo alguns elementos para este estudo como o espaço escolar, o currículo, o tempo, os professores e suas práticas, enfim a cultura escolar específica desta instituição no seu primeiro momento histórico.

A característica mais facilmente percebida na história da educação do Piauí é a morosidade do processo educativo consequência das suas constantes idas e vindas. As escolas instituídas eram logo fechadas e os motivos para este curto período de existência são apontados por Ferro (1996, p.58) como sendo um ensino descontextualizado da realidade sertaneja piauiense gerando desinteresse por parte do alunado e a carência de professores habilitados, aliando-se a isso uma fraqueza de políticas educacionais. Segundo Nunes (1975, v. 4, p. 275), os jesuítas que vieram para o Piauí tiveram mais um papel de “curraleiros que educadores propriamente”, pois não se preocuparam com educação, mas dedicaram-se a administrar as fazendas de gado que herdaram de Domingos Afonso Mafrense.

O ensino secundário no Brasil, após a expulsão dos jesuítas foi reduzido às aulas avulsas conhecidas também como aulas régias. Após a Independência do Brasil, o ensino secundário passa aos poucos a ser organizado com a criação dos Liceus Provinciais. As primeiras escolas deste tipo no Brasil surgiram nas províncias de Pernambuco, Bahia, Paraíba, Maranhão e Pará. Estas instituições tinham um caráter propedêutico e procuravam se adequar aos programas do Colégio Pedro II, considerado como modelo para as escolas de ensino secundário no período imperial.

Reis e Vasconcelos (2006, p. 4), afirmam que no Piauí “as escolas de ensino secundário criadas a partir da segunda década do século XIX, na forma de aulas avulsas, especialmente de Latim, eram insuficiente e de ensino frágil e inconstante”, porém chamam atenção para o trabalho realizado pelo Padre Marcos de Araújo Costa em prol da educação piauiense que mantinha uma escola na sua fazenda Boa Esperança, no

período de 1820 a 1850, para o atendimento gratuito de alunos que se interessassem pelos estudos de nível primário e secundário¹. Em 11 de julho de 1846, em mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, Zacarias de Góis e Vasconcelos, Presidente da Província, informou que a escola do Pe. Marcos contava com 24 alunos matriculados tanto nas aulas de primeiras letras como nas cadeiras de Latim, Francês, Retórica, Filosofia e Teologia, e fez o seguinte elogio a este benfeitor da educação piauiense:

O ensino particular pode diser-se que he nenhum, pois só de primeiras letras há algumas escolas á cargo de mestres particulares, com pequeno numero de alumnos. Apparece toda-via como notável excepção d'esta regra o ensino do Reverendo Padre Marcos d'Araujo Costa em sua fasenda – Boa Esperança – Vós sabeis, senhores, que longo tempo tem esse ancião respeitável formado em sua casa huma espécie de Collegio, no qual ensina á grande numero de moços não só primeiras letras, se não Latim, Francez, Rethorica, Philosophia, e Theologia, sem receber gratificação alguma dos seos alumnos, e o que he, sustentando os á sua custa ainda quando são filhos de pessoas abastadas. O mappa nº 7 mostra que ali há presentemente 24 môços a estudar. O raro desinteresse, com que assim se presta o reverendíssimo Padre Marcos a illustração de huma parte da mocidade de sua Província, e geralmente a tudo que he de utilidade pública, torna-o benemérito da não comum estima, que lhe consagrão os seos concidadãos, única recompensa a que aspira, e que tem recebido Cheio de jubilo, Senhores, aproveito a ocasião solemne, em que fallo em presença da Província representada por seos delegados, para dar publicamente aquelle Cidadão os louvores, que merece por tão assignalados serviços. (PIAUHY, RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA..., 1846)

Zacarias de Góis e Vasconcelos, logo ao assumir o governo da Província fez análise da situação em que se encontrava o ensino elegendo-o como uma de suas prioridades. Nessa época, havia no Piauí compondo precariamente o ensino secundário apenas três cadeiras de Latim, sendo uma na cidade de Oeiras, capital da Província, e as outras duas, nas vilas de Parnaguá e Príncipe Imperial. Esse Presidente propôs a extinção das cadeiras de Latim das duas vilas e a criação de um curso de Humanidades em Oeiras, com o intuito de preparar os jovens que desejassem continuar os estudos superiores fora da Província ou exercer algum cargo público.

A Assembléia Legislativa decretou a Lei Nº 198 que foi sancionada por Zacarias de Góis em 04 de outubro de 1845. Segundo Brito (1996) essa lei, além de outros avanços, organizava o ensino secundário com a criação do Liceu em Oeiras e

¹ Sobre o assunto vide FERRO, Maria do Amparo. Pe. Marcos de Araújo. In: FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (Orgs.). **Dicionário de Educadores Brasileiros**. Rio de Janeiro: UFRJ/MEC-Inep, 1999. p. 390-392.

mandava criar escolas de primeiras letras em locais que apresentassem a quantidade de alunos para seu funcionamento. Para este autor, “a Lei nº 198 constitui o marco inicial de um novo período na história da educação no Piauí, pois, pela primeira vez, se cuida de normatizar a rede escolar, dando-lhe uma estrutura administrativa adequada” (p. 25).

O Liceu Provincial do Piauí, nos primeiros momentos de sua instalação, atravessou várias dificuldades dentre elas a carência de professores habilitados para assumirem as cadeiras que constituíam o seu currículo, a falta de prédios públicos para seu funcionamento e o desinteresse dos pais e alunos.

A matriz curricular inicial do Liceu era composta pelas seguintes cadeiras: Latim, Francês, Inglês, Geometria e Aritmética, Geografia e História, Retórica e Poética, Filosofia Racional e Moral. Estas disciplinas que compunham o currículo eram direcionadas para formar um homem culto à moda européia fora da realidade piauiense baseadas num currículo humanista clássico e propedêutico. No entanto, o Liceu iniciou suas atividades apenas com a cadeira de Latim, pois não haviam professores habilitados para as demais ou os salários não eram atrativos. As outras cadeiras do currículo foram sendo providas à medida que fossem surgindo pessoas interessadas e com competência para ministrá-las.

De acordo com Reis e Ferro (2006), “a fixação dos salários dos professores, no Piauí, sempre se constituiu como um grande problema da política educacional, pois a baixa remuneração oferecida aos professores era um dos motivos da constante vacância nas escolas”. Estas autoras afirmam que, em 1850, os professores de Língua Francesa e Inglesa do Liceu Provincial do Piauí recebiam um ordenado de 500\$000 rs (quinhentos mil réis) anuais e aos demais professores o valor de 600\$000 rs (seiscentos mil réis) e que logo ao assumiu a presidência da Província, Saraiva tomou a providência de aumentar o salário do professor de Latim que passou a receber a quantia de 840\$000 rs (oitocentos e quarenta mil réis) anuais e de fixar em 500\$000 rs (quinhentos mil réis) o salário do professor da cadeira de Língua Nacional por ele criada, ficando os professores das demais cadeiras com o mesmo ordenado de 600\$000 rs (seiscentos mil réis).

Durante os anos de 1845 até 1852, período em que o Liceu permaneceu em Oeiras, o quadro docente desta instituição era formado pelos seguintes professores: Antonio João Baptista Ferreira – Latim – (1845), Cândido José Casado Lima – Francês – (1847), Cândido Gil Castelo Branco – História e Geografia – (1848), Carlos de Sousa Martins – Filosofia – (1848), José Sérvio Ferreira – Geometria – (1849), Antônio Joaquim de Siqueira – Inglês – (1849), Simplício de Sousa Mendes – Geografia –

(1849), Joaquim Borges Carneiro – Retórica – (1850), José Martins Pereira de Alencastre – Língua Nacional – (1850).

Não possuindo prédio disponível para abrigá-lo, o Liceu, em Oeiras, inicia suas aulas na casa dos professores. Zacarias de Góis e Vasconcelos, Presidente da Província, preocupado com tal situação toma a iniciativa de comprar do município o prédio da Cadeia Velha e mandar reformar para sediar o Liceu, como podemos comprovar na sua fala abaixo:

Tendo a lei provincial nº 198 creado hum Lyceo nesta Cidade, cumpria destinar-lhe huma casa conveniente, por que dice, he de grande vantagem que os professores e alumnos se reunão em hum só edificio, e não em diversos, e tal vez mui distante huns dos outros. Isto supposto, como quer que a Câmara Municipal desta Capital se proposesse alienar o sobrados denominado –Cadeia Velha – a fim com o seu producto fasser huma casa de feira, abandonando o plano, em que outrora esteve, de concertar e preparar para esse mister o referido edificio, mandei examinal-o pelo engenheiro Pedro Cronemberger, e tendo elle declarado que o edificio podia bem aproveitar-se, visto que não Estejão arrumadas as paredes principaes, julguei conveniente a sua aquisição, e com effeito fiz comprar se para a Província esse prédio municipal, que com os concertos e reparos necessários offerece todos os commodos para ter em si o Lyceo. Comprehendendo se o preço da compra, da caza e da escritura, andou a despesa por 924 \$ 720 rs. Duas vantagens resultarão deste acto: a Província ficou com hum bom prédio para o Lyceo, e a Câmara Municipal com meios de mandar fazer huma casa de feira, que poz logo em arrematação, e vae brevemente ter principio. (PIAUHY. RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA..., 1846).

Apesar do esforço despendido por Zacarias de Góis de ver o Liceu funcionando, findou o seu governo, em 1847, sem concretizar este sonho plenamente. Embora tenha iniciado a reforma e a adaptação do prédio da Cadeia Velha para alocar o Liceu, segundo Olímpio (1993, p.20), este “desabou em parte quando ainda estava em reforma e a idéia de aproveitá-lo terminou sendo abandonada”, permanecendo as aulas sendo ministradas na casa dos professores.

Somente em 1850, já no governo de José Antonio Saraiva, foi alugada uma casa para o funcionamento do Liceu, reunindo as cadeiras providas num mesmo local, conforme sua declaração na abertura do ano legislativo, em 3 de julho de 1851:

Para que não continuasse a instrução secundaria em tal abandono, aluguei a casa de D. Mariana Angélica de Menezes Castelo-branco na rua do Hospital, por 14\$000 rs. mensaes, mandei prontifical-a por conta dos mesmos alugueis, comprei a mobília indispensável, e para alli passei todas as aulas, que se achão regularmente trabalhando

desde o dia 18 de outubro do anno passado [...]. (PIAUHY. FALA DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA..., 1851)

Uma outra dificuldade que enfrentou o Liceu nesta primeira etapa de sua estruturação foi, segundo Reis e Ferro (2006), a falta de interesse dos pais e dos alunos ocasionando uma frequência muito baixa e irregular. O formalismo do ensino ministrado não atraía o povo simples do Piauí que não sentia nele uma utilidade prática para sua vida, por esta razão era freqüentado por poucos. Estas autoras informam que, no ano de 1851, esta única instituição pública de ensino secundário da província atendia apenas 51 alunos² assim distribuídos: na cadeira de Latim - 28 alunos, na cadeira de Inglês – 07 alunos, na cadeira de Filosofia – 06 alunos, na cadeira de Geometria – 03 alunos, na cadeira de Geografia – 04 alunos e na cadeira de Retórica – 03 alunos. Tal situação incomodou Saraiva, Presidente da Província, levando-o a fazer a seguinte afirmação: “Pode-se dizer que o Liceu existia apenas na legislação e que somente se sabia de sua existência quando seus empregados iam receber vencimentos” (apud MOACYR, 1939, p. 254). E para amenizar a situação Saraiva solicitou maior empenho das Câmaras Municipais no sentido de conscientizar aos pais a matricularem seus filhos no ensino secundário, porém, este apelo não foi suficiente para reverter o quadro e a baixa frequência das aulas do Liceu persistiu.

Saraiva chegou à conclusão de que a posição geográfica da cidade situada no centro da Província, além de outras faltas de atrativos, gerava transtorno de comunicação e transporte dificultando a matrícula dos alunos que optavam em prosseguir seus estudos secundários, principalmente no Maranhão e na Bahia. Quando este presidente mudou a capital para Teresina, em 1852, no mesmo ato também autorizou a transferência do Liceu.

Outros aspectos do cotidiano do Liceu Provincial do Piauí que iremos expor a seguir foram resgatados tomando como base a análise da Resolução nº 287 publicada a 10 de setembro de 1850, que estabelecia várias disposições acerca da Instrução Pública do Piauí, nos indicando informações importantes sobre o funcionamento desta instituição.

As cadeiras do Liceu eram providas após aprovação do candidato em concurso público, porém a vaga da cadeira de Língua Nacional era preenchida por indicação do presidente da Província sem a necessidade de realização de exame prévio

² Informamos que este total de alunos não se levou em consideração os alunos que freqüentavam mais de uma cadeira.

pelo professor. Os editais do concurso para professor do Liceu eram publicados três meses antes dos exames em toda a Província. Os candidatos a professores participavam dos exames que se constituía de uma argüição sobre a matéria que pretendiam lecionar realizada na presença de uma banca formada pelo diretor ou vice-diretor da Instrução Pública da Capital e de mais dois examinadores nomeados pelo Presidente da Província. Concluída a argüição, os examinadores davam os seus pareceres por escrito levando em consideração mérito, aptidão, moralidade e superioridade dos pretendentes ao cargo e os enviavam ao Presidente da Província que decidia sobre a aprovação e nomeação do candidato em caráter interino ou vitalício. O professor escolhido tinha o prazo de 15 dias para apresentar a documentação exigida e assumir o cargo. Caso este prazo não fosse obedecido ou faltasse candidato para determinada cadeira, o Presidente da Província ou o Diretor da Instrução Pública nomeavam interinamente uma pessoa a sua escolha até a provisão definitiva.

A Resolução nº 287 / 1850 determinava o tempo escolar estabelecendo o dia 16 de janeiro como data para início das aulas e 14 de dezembro para seu término. Neste período havia um intervalo de dois meses de férias, não havendo aulas também aos domingos e quintas-feiras além dos feriados: os dois dias seguintes ao domingo de carnaval, véspera de Domingo de Ramos, na Semana Santa e feriados nacionais. As aulas eram ministradas nos turnos da manhã e tarde, conforme a determinação da congregação dos professores, com a finalidade de oferecer a oportunidade do aluno freqüentar várias cadeiras.

O período de matrícula determinado por esta Resolução, iniciava em 15 de dezembro até 15 de janeiro. Os alunos deveriam comparecer até o final de janeiro, porém este prazo poderia se alongar até o final de fevereiro caso fosse autorizado pelo Diretor da Instrução, com exceção das aulas de Línguas que tinham a abertura de receber seus alunos em qualquer dia do ano. A matrícula era de responsabilidade de cada professor que deveria anotar em livros a data de sua realização, o nome do aluno, a filiação e a sua naturalidade. Cabia também ao professor, no momento da matrícula, registrar o grau de conhecimento do aluno e durante o ano letivo acompanhar o seu avanço intelectual e seu comportamento moral. Caso houvesse abandono dos estudos anotar o motivo da saída do aluno. Com base nestes dados, o professor confeccionava mapas que eram anexados ao relatório dirigido ao Presidente da Província.

O método utilizado pelos professores e indicado pela Resolução nº 287 / 1850 era o simultâneo. Por este método, o professor agrupava os alunos de acordo com adiantamento dos mesmos. Conforme afirma Reis (2006, p. 100):

Através deste método a ação pedagógica era focada no professor que deveria separar seus alunos em grupos menores conforme o grau de desenvolvimento de cada um. Este método tinha a vantagem de assegurar aos alunos a aquisição de um conhecimento de melhor nível, pois os grupos homogêneos de alunos eram atendidos diretamente pelo professor e não por monitores como no método mútuo, além de apresentar maior racionalização do tempo em comparação com o método individual, porque o atendimento era dado de uma só vez a vários alunos.

A obediência, a ordem e o respeito eram os princípios morais norteadores do funcionamento do Liceu. A disciplina era rígida e a relação professor-aluno se dava de maneira autoritária. A Resolução nº 287/1850 permitia o emprego de “castigos físicos moderados”, nas aulas de Latim. Além de outras práticas punitivas, era comum, nesta época, utilizar a palmatória como instrumento disciplinador. Para Souza (2004, p. 94):

O castigo físico era condizente com a única forma social reconhecida de manifestação da autoridade, espelhava a brutalidade das relações de domínio da época, na política, no trabalho, no exército, na família e no casal; a palmatória, no imaginário social, comportava-se como um emblema da profissão docente, enquanto expressão do direito legítimo de comando, uma espécie de crédito moral suplementar emprestado aos mestres pelas famílias. Era uma forma de impor uma disciplina rígida, e para o professor, a maneira mais rudimentar, e também a mais espetacular e fácil, de colocar sua autoridade em prática.

A avaliação dos alunos se dava através de exames finais feitos perante uma banca examinadora formada por três examinadores dentre ele o diretor da instituição, que presidia a mesma. A escolha dos assuntos da prova ou “pontos”, como eram conhecidos na época, fazia-se por meio de sorteio no momento da prova, com exceção das cadeiras de Latim e Geometria que era dada meia hora para revisão do assunto.

Os artigos 32º e 33º da Resolução nº 287/1850 descrevem de forma minuciosa a realização destes exames, podendo ser sintetizados da seguinte forma:

Os alunos dissertavam o assunto sorteado na presença da banca e de outros ouvintes em local já acertado anteriormente. Após esta apresentação, os examinadores atribuíam-lhe os seguintes conceitos: “A” se considerasse o aluno aprovado, ou “R” se

reprovado. Estas notas eram depositadas em urnas e apuradas segundo normas pré-estabelecidas: três “A”, aprovado plenamente; dois “A” e um “R”, aprovado simplesmente; e dois ou três “R”, reprovado. Em livros próprios eram registrado estes resultados e posteriormente era expedido um certificado, gratuitamente. Este tipo de exame não era restrito apenas aos alunos do Liceu, qualquer aluno de escolas particulares poderiam solicitar por requerimento o referido exame.

A Resolução nº 287/1850 mandava que fossem escolhidos dois professores vitalícios do Liceu para assumir a função de diretor e vice-diretor da Instrução Pública. Ao Presidente da Província cabia a indicação do diretor para desempenhar, principalmente, a função de fiscalizador do ensino primário e secundário, na Capital, informando ao Presidente da Província através de relatórios anuais a situação destes níveis de ensino, bem como a conduta dos professores para serem avaliadas e decidida sobre sua permanência ou não no cargo. Ao assumir suas funções, o diretor escolhia seus auxiliares: um vice-diretor, um censor e um representante (o Juiz de Direito) em cada comarca da Província para colaborar com a fiscalização das escolas nos municípios e mantê-lo informado sobre o funcionamento das mesmas.

O Liceu Provincial do Piauí permaneceu em Oeiras por sete anos, até esta cidade perder a condição de capital da Província para Teresina, por ato do Conselheiro José Antonio Saraiva, entrando o ensino secundário da velha capital em decadência. O Liceu na nova capital sofreu os mesmos incômodos da época de sua criação, mas superou os obstáculos e hoje ainda encontra-se em plena atividade trazendo o nome de Colégio Estadual Zacarias de Góis em homenagem ao seu idealizador, mas conhecido por todos pelo nome de Liceu.

O Liceu pode ser considerado um marco importante na Educação do Piauí. Com a sua criação foram lançadas as bases da estruturação e organização do ensino público secundário neste Estado e por muito tempo foi a única opção de ensino secundário oferecida aos jovens piauienses que se interessavam em cursar uma escola deste nível. A reconstituição histórica desta instituição traz valiosa contribuição para a história a educação brasileira e piauiense.

REFERÊNCIAS

BRITO, Itamar de Sousa. **História da Educação no Piauí**: enfoque normativo, estrutura organizacional, processo de sistematização. Teresina: UFPI, 1996.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992a.

_____. **A Escola dos Annales**: a Revolução Francesa da História, 1929 – 1989. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1992b.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no Piauí republicano**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

_____. Pe. Marcos de Araújo. In: FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (Orgs.). **Dicionário de Educadores Brasileiros**. Rio de Janeiro: UFRJ/MEC-Inep, 1999. p. 390-392.

GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002, p. 3-24.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas (SP): Autores Associados, n. 1, p. 09-43, 2001.

LE GOFF, Jaques (org). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 1998.

_____. A história das instituições educacionais em perspectiva. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.). **História da Educação em perspectiva**: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005, p. 91-103.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias**: subsídios para a História da Educação no Brasil - 1835 - 1889. S. Paulo: Nacional, 1939.

NUNES, Odilon. **Pesquisa para a história do Piauí**. 2.ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, v. 4.

OLÍMPIO, José. **Liceu piauiense**: síntese histórica. 3. ed. Teresina: s. ed; 1993.

PIAUHY, **Código das leis piauienses**. Tomo 6. Parte 1ª. Lei Provincial nº 198, de 04 de outubro de 1845. Dá providência sobre a instrução pública. Oeiras do Piauí: Typographia Provincial, 1845.

_____. **Relatório do Presidente da Província do Piahy** – na Assembléia Legislativa Provincial no dia 11 de Julho de 1846. Oeiras, Typographia Provincial, 1846.

_____. **Código das leis piauienses**. Tomo 11. Parte 1ª. Resolução nº 287, publicada a 10 de setembro de 1850. Estabelece várias disposições acerca da Instrução Pública. Oeiras: Typographia Saquarema, 1850.

_____. **Fala do presidente da Província do Piahy, Dr. José Antônio Saraiva** - na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial do Piahy, em 03 de julho de 1851. Oeiras: Typographia Saquarema, 1851.

REIS, Amada de Cássia Campos. **História e Memória da Educação em Oeiras – Piauí**. Teresina, 2006. 261 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina; 2006.

REIS, Amada de Cássia Campos; FERRO, Maria do Amparo Borges. Liceu Provincial do Piauí: primeira etapa de uma história em construção. In: Congresso luso-brasileiro de história da educação, 6., 2006, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2006.

REIS, Amada de Cássia Campos; VASCONCELOS, Maria Inêz Bandeira. Liceu do Piauí (1845-1910): desvelando aspectos do seu cotidiano. In: I Encontro Norte e Nordeste de História da Educação e V Encontro Cearense de Historiadores da Educação, 2006, Guaramiranga. **Anais...** Guaramiranga: UFC, 2006. 1 CD-ROM.